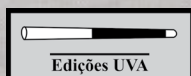


Carlos Augusto Pereira dos Santos
Organizador

Nossa Gente, Nossa História

O Ceará Republicano

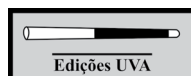


Carlos Augusto Pereira dos Santos
Organizador

Nossa Gente, Nossa História

O Ceará Republicano

Sobral-CE
2019



Nossa Gente, Nossa História. O Ceará Republicano

© 2019 copyright by Carlos Augusto Pereira dos Santos (Organizador)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil.

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional.



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1328
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222 / 9 9846.8222
sertaocult@gmail.com / mammarco@gmail.com

Conselho Editorial

Adriana Brandão Nascimento Machado
Carlos Augusto P. dos Santos
Isorlanda Caracristi
Nilson Almino de Freitas
Regina Celi Fonseca Raick
Telma Bessa Sales
Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Foto da capa

Passeio público, Fortaleza, 1919

Catálogo na publicação

Leolgh Lima da Silva – CRB3/967



Av. da Universidade, 850 - Campus da Betânia - Sobral - CE

CEP 62040-370 - Telefone: (88) 3611.6613

Filiada à



Reitor

Fabianno Cavalcante de Carvalho

Vice-Reitora

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

Diretora das Edições UVA

Maria Socorro de Araújo Dias

Conselho Editorial

Maria Socorro de Araújo Dias (Presidente)
Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo
Ana Iris Tomás Vasconcelos
Carlos Augusto Pereira dos Santos
Claudia Goulart de Abreu
Eneas Rei Leite
Francisco Helder Almeida Rodrigues
Israel Rocha Brandão
Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque
Maria Adelane Monteiro da Silva
Maria Amélia Carneiro Bezerra
Maria José Araújo Souza
Maria Somália Sales Viana
Maristela Inês Osawa Vasconcelos
Raquel Oliveira dos Santos Fontinele
Renata Albuquerque Lima
Simone Ferreira Diniz
Tito Barros Leal de Ponte Medeiros
Virgínia Célia Cavalcanti de Holanda

N785 Nossa gente, nossa história: o Ceará republicano. / Santos, Carlos Augusto Pereira. (Org.) - Sobral: Sertão Cult; Edições UVA, 2019.
294p.

ISBN: 978-85-67960-25-8
ISBN: 978-85-9539-035-5
DOI: 10.35260/67960258-2019

1. Sertão. 2. Educação 3. Cultura.
I. Título. II. Santos, Carlos Augusto Pereira.

CDD 981.31

Sumário

Nossa História, Nossa Gente. À guisa de prefácio e apresentação / 5

Parte 1 - O sertão da água, da seca e da religião

1. “O rio é uma riqueza imensa”: Usos e tradições sobre a importância da água no sertão de Santa Quitéria-CE (1960-1980) / 9

Maria Malena Paiva Mesquita

2. As mulheres e a seca: sobrevivência feminina em tempos de escassez em Varjota-CE (1980- 1990) / 19

Francisca Clédia Sousa de Oliveira

3. Os bastidores da seca: exploração dos trabalhadores nas frentes de serviço do Açude Araras, Varjota-CE (1951-1958) / 33

Letícia Rodrigues Gonçalves

4. Políticas públicas de combate à seca no município de Croatá-CE (1983-1996) / 45

Caubi Alves Braga

Naiane Nobre Martins

5. A seca e as obras de socorro no Ceará republicano (1889-1915) / 55

Pedro de Souza Filomeno Filho

6. Entre fanáticos e cassacos: a presença da Irmandade da Cruz nos sertões do norte do Ceará (1900-1903) / 65

Raimundo Nonato Fernandes

Parte 2 - O mundo do trabalho e da educação

7. “Se a gente fosse viver só de trabalhar pros outros a gente morria”. Memórias da Casa Grande: moradores, rendeiros e agregados na cidade de Alcântaras-CE (1907-1920) / 85

Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara

8. “Depois foi que veio essa modernização”: as transformações nos engenhos de cachaça artesanal em Alcântaras-CE (1960-2000) / 95

Adelina Lopes Guimarães

9. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coreauá-CE: criação e processo de organização (1965 a 1990) / 103

Sebastião Ferreira Carneiro

10. O Ensino de História e cultura indígena em Hidrolândia-CE: a Lei 11.645 de 2008 e os meios para uma descolonização da imagem do indígena / 119

Paulo Ênio de Sousa Melo

11. Práticas de combate ao analfabetismo no Ceará / 133

João Henrique Brito Lima

12. A Educação na República / 145

Natanael Lopes Alves

Parte 3 - Culturas e sociabilidades diversas

13. Historiografia e cinema: percepções da diversidade na sétima arte / 157

Vinícius Pereira de Sousa

14. Espaços de sociabilidades homoafetivas em Sobral-CE (1950-2018) / 175

Alan Silva de Moraes

15. “Zé Maria mulher”: representatividade e resistência umbandista em Sobral / 185

Antonio Tarciano Aragão Sousa

16. “Mas digo uma coisa, não é a gente que cura, mas sim Deus”. Memórias de benzedeadas em Alcântaras-CE / 197

Maria Deiziane Lino

17. “Eu entrei nessa brincadeira quando eu era um menino”. Memórias sobre o reisado groaquirense / 205

Raimundo Sousa Alves

18. Corpo em movimento, *Street Dance* e agências de patrimonialização cultural: uma experiência de pesquisa (Sobral-CE) / 221

Cleane dos Santos de Medeiros

Nilson Almino de Freitas

19. Ambivalências poéticas nas canções de Belchior – a ida e o regresso / 233

Francisco Sávio Barbosa do Nascimento

Parte 4 - Política e economia nas tramas do cotidiano

20. A Ação Integralista Brasileira (AIB) e sua influência no interior do Ceará: memórias do Integralismo em Ibiapina / 247

Odail José Martins Freire

21. A economia e seus impactos: Uma análise sobre Camocim (1930-1950) / 255

Valério Samaromni Moraes de Queiroz

22. Emissoras de rádio de Camocim: o relacionamento com grupos políticos, cultura e comércio locais (1980-1989) / 261

Maely Alves de Mesquita

23. A história da República passa por aqui! Camocim-CE (1889-1950) / 273

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Nossa Gente, Nossa História. À guisa de prefácio e apresentação

No semestre 2018.1, propusemos aos alunos da disciplina de História do Brasil III que escrevêssemos sobre a nossa gente, aquela que está mais próxima de nós, convivendo conosco ou mesmo um pouco distante num passado recente. A ideia era que se aproveitassem as pesquisas que estavam sendo feitas para a escrita dos seus respectivos TCC's e adaptássemos as temáticas para o período republicano, tempo que converge ao estudo da mencionada disciplina acima. Teríamos, portanto, uma espécie de painel do Ceará Republicana, pelos temas levantados nas primeiras aulas. Poucos alunos tiveram de sair do seu raio de pesquisa para cumprir com o objetivo final – publicar um livro com os artigos dos alunos em fase final de curso.

Durante todo o semestre, tivemos a discussão de uma obra que nos serviu de guia e inspiração: *Histórias da Gente Brasileira*. Volume 3, República. Memórias (1889-1950), de autoria da historiadora Mary Del Priore. Foi uma experiência interessante, pois cada vez que as discussões eram estabelecidas, sentíamos que aquelas histórias contadas, no caso do terceiro volume, narradas pelo viés da memória, eram questões que nos diziam respeito, que já ouvíramos contar pelos nossos pais e avós.

Por outro lado, constatamos também que estávamos especialmente longe dos exemplos contados nas diversas partes do livro referenciado. Apesar do fôlego e do abarcamento da obra empreendida por Mary Del Priore¹, o Nordeste e, especialmente o Ceará, pouco são citados. Logicamente que compreendemos os limites de um projeto editorial desta envergadura e da logística de pesquisa. Para nós, longe disso ser um aspecto desmotivador, ao contrário, fez com que, como se preenchêssemos uma lacuna, jogássemos todas as nossas forças na construção de histórias que representassem e contassem um pouco mais de nós.

O resultado foi a escrita de vinte e três artigos, divididos em quatro partes temáticas que podem ser conferidas no sumário e ao longo do livro. Portanto, empreendemos um mergulho no universo sertanejo, falando da alegria da chegada do inverno, do inferno da seca e das práticas religiosas que beiraram o fanatismo (Parte 1). Adentramos no mundo do trabalho e esticamos a jornada para compreendermos os projetos e propostas de escolarização e educação do nosso povo (Parte 2).

¹ *Histórias da Gente Brasileira* é um projeto editorial escrito pela historiadora Mary Del Priore que cobre os diversos períodos da História do Brasil. Volume 1 – Colônia, Volume 2 – Império, Volume 3 – República (1889-1950) e Volume 4 (1950-2000), publicados pela Editora LeYa, 2017.

Por outro lado, foi necessário falarmos da diversidade cultural que nos caracteriza. O que tem em comum o universo *queer* no cinema e as sociabilidades homoafetivas no espaço citadino? O que um pai de santo e um conjunto de mulheres rezadeiras podem nos dizer sobre a prática da cura? Quais são as fronteiras culturais entre dançadores de reisado, jovens bailarinos da periferia e a obra do cantor Belchior? São interrogações que poderão ser respondidas, ou não, lendo-se o conjunto de artigos da Parte 3. Finalizando, como a política e a economia interferem no cotidiano de uma cidade? É o que os autores propõem discutir na Parte 4, evidenciando as características singulares na história dos municípios de Ibiapina e Camocim.

Um último aviso ao leitor. Os textos aqui reunidos são de alunos em formação, mesmo estando em fase final de conclusão de curso. Expressam, portanto, suas trajetórias acadêmicas dentro de seus limites e potencialidades e devem ser entendidos e compreendidos dentro dessa dimensão. Como organizador, procurei interferir o mínimo no processo de orientação da escrita e incentivei que eles dividissem os processos de escrita com seus orientadores. Daí que, a maioria dos textos, já serem partes de suas monografias ou artigos finais de curso.

6 | Dizer, finalmente, que foi gratificante compartilhar saberes e ensinamentos com todos vocês, por isso o faço nominalmente: *Maria Malena Paiva Mesquita, Francisca Clédia Sousa de Oliveira, Letícia Rodrigues Gonçalves, Caubi Alves Braga, Naiane Nobre Martins, Pedro de Souza Filomeno Filho, Raimundo Nonato Fernandes, Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara, Adelina Lopes Guimarães, Sebastião Ferreira Carneiro, Paulo Ênio de Sousa Melo, João Henrique Brito Lima, Natanael Lopes Alves, Vinícius Pereira de Sousa, Alan Silva de Moraes, Antonio Tarciano Aragão Sousa, Maria Deiziane Lino, Raimundo Sousa Alves, Cleane dos Santos de Medeiros, Francisco Sávio Barbosa do Nascimento, Odail José Martins Freire, Valério Samaronni Moraes de Queiroz e Maely Alves de Mesquita.*

Boa leitura a todos!

Carlos Augusto Pereira dos Santos (Org.)

Camocim, outubro de 2018.

11. Práticas de combate ao analfabetismo no Ceará

João Henrique Brito Lima¹

Introdução

Este texto se propõe identificar as concepções do alfabetismo na visão das políticas desenvolvidas para o combate do analfabetismo entre os interesses e os conflitos dos governantes e da população não alfabetizada no início da Primeira República. O Brasil possui grande extensão territorial, com ampla desigualdade social e elevado índice de pobreza. Isso afeta significativamente de diversas maneiras o combate ao analfabetismo e sua erradicação.

Estudar e entender o contexto histórico e econômico desse problema social, e propor soluções possíveis, contribuirá consideravelmente na formação de uma sociedade melhor. Neste trabalho, se discutirão algumas relações entre dinâmica demográfica e nível educacional da população a partir do indicador da taxa de analfabetismo. |133

Posteriormente, verificar-se-ão também as ações do governo para melhorar esses índices. O estudo concluirá pelo Censo do IBGE, que indica que as altas taxas de analfabetismo observadas no país não estão relacionadas apenas à presença de analfabetos de gerações antigas na população, mas também devido à ineficiência do sistema educacional, por mais que esteja no processo de melhoramento de seus índices. O analfabetismo brasileiro é resultado tanto da precariedade do seu modelo educacional quanto na demora de ações de melhoria da alfabetização.

As transformações políticas e sociais no início da Primeira República cearense

O desenvolvimento tecnológico e industrial esteve concentrado nos grandes centros urbanos, ocorrendo no Ceará, assim como no Brasil, por um impulso na economia com ações desenvolvidas pelas indústrias. Alguns reflexos dessa transformação nos anos iniciais da República no Ceará foi a reforma educacional implementada em 1922, por Lourenço Filho. Nesse pe-

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em História na Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA.

ríodo, o Ceará registrava altos índices de analfabetismo, cerca de 80% da população.

Raquel da Silva Alves nos informa sobre o professor Lourenço Filho ao Ceará:

Relacionado aos procedimentos que o Estado deveria tomar para dinamizar o ensino podemos observar algumas referências às renovações administrativas do aparelho educacional cearense. Com esse objetivo, o presidente do Estado do Ceará, Justiniano de Serpa, solicitou a recomendação do governo de São Paulo de um profissional apto a desempenhar as medidas necessárias ao desenvolvimento do ensino público cearense. A argumentação utilizada pela administração pública, ao procurar o apoio do governo paulista, era pautada nos estudos modernos de ensino que já eram aplicados em São Paulo e, segundo o governo, reconhecidamente praticados vantajosamente. Essa atitude resultou na vinda do professor Lourenço Filho ao Ceará. A sua presença no estado cearense ocasionou a elaboração da Reforma Educacional de 1922. Lourenço Filho atuou como Diretor da Instrução Pública e foi considerado como figura relevante na administração do sistema público de ensino².

134 |

Fica perceptível a contradição. De um lado temos um discurso produzido pelos governantes no combate ao analfabetismo para um progresso social com a construção de uma nação moderna e desenvolvida, mas de fato temos poucas práticas que viessem a viabilizar o desenvolvimento da alfabetização.

O início da República Brasileira tem a intenção de romper com o passado monárquico. Na tentativa de deixar de lado o atraso da produção monocultora, vem à tona novos ideais de progresso, tendo a industrialização como carro chefe do progresso liberal.

No século anterior, o ensino brasileiro beneficiava apenas os filhos dos grandes senhores de terra, ou seja, privilegiava o setor agrário. Com o desenvolvimento das atividades urbanas – e, por consequente, das atividades industriais –, o trabalhador das fábricas começou a ganhar atenção: o processo de industrialização desencadeado a partir de 1930 passou a requerer maiores contingentes de mão de obra especializada³.

² ALVES, Raquel da Silva. *Mães da pátria: educadoras na terra da luz, o ensino primário no Ceará na década de 1920*. 2009. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2009, p. 64.

³ DEL PRIORE, Mary, 1952. *Histórias da gente brasileira*. Volume 3: República – Memórias (1889-1950) . Rio de Janeiro: LeYa, 2017, p. 490.

No início da Primeira República, o Estado do Ceará ainda manteve a disputa pelo poder entre as oligarquias locais. Em suas alianças contavam com o uso de suas propriedades. O período foi conflituoso, pois a escolha dos representantes políticos foi marcada por inúmeras fraudes eleitorais, com muitas artimanhas do uso da máquina pública para permanecer no poder. Nogueira Accioly, com a oligarquia Acciolyna, foi o representante que passou mais tempo no controle do Estado do Ceará.

O historiador Raimundo Alves de Araújo apresenta o contexto familiar de Antonio Pinto Nogueira:

Nenhuma parentela soube se adaptar mais do que esta às mudanças acarretadas pela política de seu tempo. Deixaram os sertões secos de Santa Quitéria e estabeleceram-se em definitivo na capital da província do Ceará. Segundo Nertan Macedo, antes de se especializar no preenchimento dos mais altos postos públicos de poder provincial, o clã dos Pompeu se mistura a e se depura de muitas outras parentelas espalhadas por toda a região norte e oeste da província do Ceará no início do século XIX. Seus brotos se esparramavam desde os areais de Granja e Camocim, passando pelos armazéns de “secos e molhados” de Sobral, penetrando nos currais de gado dos sertões do Ipu, e terminam por se alojar nos gabinetes do parlamento provincial e geral, de modo tão absoluto que produziram cinco nomes de peso para o cenário político do Império e do início da República: Thomaz Pompeu de Souza Brasil (pai), Thomaz Pompeu de Souza Brasil (filho), Joaquim de Oliveira Catunda (sobrinho daquele), e, por adesão matrimonial, Antonio Pinto Nogueira Accioly (genro). Pelo alto grau de endogamia e exogamia para fins político-partidários, pela “bacharelização” de seus membros, e pela ocupação efetiva dos mais altos postos de poder no período, os Pompeu Brasil formam, sem dúvida, o mais bem sucedido “clã familiar” do Ceará deste período⁴.

| 135

População não alfabetizada no início da Primeira República

O início período Republicano é caracterizado como um momento de reconhecimento do analfabetismo no Brasil. O desenvolvimento das políticas liberais no Ceará República reproduziu os discursos de modernidade trazidos da Europa para o Brasil. Airton de Farias nos relata como se deu esse processo de ideias e debates que se desenvolveu:

⁴ ARAÚJO, Raimundo Alves de. *Família e poder: a construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900)*. Dissertação. (Mestrado Acadêmico em História) – Universidade Estadual do Ceará – UECE. Centro de Humanidades. Fortaleza, 2011, p. 38.

O rico debate de ideias ocorria, até certo ponto, independentemente dos demais movimentos que aconteciam no Brasil, ou seja, os modismos intelectuais eram muitas vezes importados diretamente da Europa, em especial da França. Trazia-se o que havia de mais progressista e moderno no Velho Mundo (positivismo, evolucionismo, darwinismo), com exceção do ideário marxista. Os intelectuais viam-se mesmo como arautos do conhecimento e indicadores do caminho da civilização e modernidade que o Ceará deveria seguir para alcançar o grau de desenvolvimento da Europa. Sentiam-se fascinados pela máquina, pela ciência, pelo racionalismo e tudo o mais que marcou o ocidente e o capitalismo no século XIX⁵.

Somente no início da Primeira República (1889 a 1930) foi que a elite intelectual brasileira passou a se preocupar com a instrução das camadas populares. A principal intenção foi levar o desenvolvimento da nação a um patamar letrado livre do analfabetismo. Nesse período, boa parte da população era analfabeta, como podemos perceber na tabela abaixo, através da pesquisa do IBGE, tendo a população 75% taxa de analfabetismo.

Tabela 1

Ano	Alfabetizados	Analfabetos	% de analfabetos sobre o total da população	% de analfabetos de 15 e mais anos sobre o total do mesmo grupo
1872	1.564.481	8.365.997	84,2	-
1890	2.120.559	12.213.356	85,2	-
1900	4.448.681	12.989.753	74,5	65,3
1920	7.493.357	23.142.248	75,5	64,9

Apud DAMASCENO (2010). Fonte: IBGE. Estatísticas Históricas do Brasil. Vol.03, 1986b.

A nova Constituição republicana de 1891 pôs fim ao sufrágio censitário, passando a incluir outras camadas da sociedade, mas ainda estavam excluídos os analfabetos. Um reflexo importante desse pensamento foi a alteração do conceito de cidadão apto a votar. Fato que anteriormente estava ligado à renda anual para se considerar eleitor. Demonstrando a preocupação dos governantes em expandir a bases de os eleitores como também a intenção de impulsionar e mobilizar os cidadãos para entrar no mundo dos letrados para

⁵ FARIAS, Airton de. *História do Ceará*. 7ª. Ed. rev. e ampl. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015, p. 327.

participação da vida política. Assim temos o recorte do texto da primeira Constituição republicana:

Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na fôrma da lei.

§ 1º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federaes, ou para as dos Estados:

1º Os mendigos;

2º Os analphabetos;

3º As praças de pré, exceptuando os alumnos das escolas militares de ensino superior;

4º Os religiosos de ordens monasticas. companhias, congregações, ou communidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediencia, regra, ou estatuto, que importe a renuncia da liberdade individual⁶.

Ações da sociedade civil ao combate do analfabetismo

Diversos setores da sociedade se mobilizaram no combate ao analfabetismo. A Liga Nacional de Combate ao Analfabetismo teve uma representatividade que reunia setores da vida civil, como médicos, advogados e engenheiros.

Na mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1917, pelo Dr. João Thomé de Saboya e Silva ao Presidente do Estado do Ceará, podemos observar:

É digna de applausos e faz jus á gratidão publica a espontânea iniciativa particular e prol da instrucção primaria, com a instituição de ligas contra o analphabetismo e criação de escolas, quase a um tempo, em diversos pontos do Estado, onde a população menos favorecida da sorte, em horas que não prejudicam as do trabalho diário, recebe a precisa instrucção. Contam-se por centenas as pessoas que freqüentam essas escolas, sem as quaes, forçosamente, ficariam privadas da luzes da instrucção. Para esses desideratum, é-me grato declarar, muito contribuiu a imprensa e o meu Governo foi sempre solícito em lhe trazer o contingente que estava em sua alçada. Mandame a justiça que aqui consigne em destaque a ação meritória e decisiva de s.excia. revma. o sr. Dom Manuel da Silva Gomes, muito digno Arcebispo desta diocese, cujos esforços em prol da Liga contra o Analphabetismo excedem a medida de nossa espectativa⁷.

⁶ Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24_fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html. Acessado em 05 set. 2018.

⁷ Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1917, pelo Dr. João Thomé de Saboya e Silva, Presidente do Estado. Fortaleza, 1917 p.18 *Apud* DAMASCENO, A. D. Analfabetismo

Um dos problemas trazidos pelo discurso de erradicação do analfabetismo foi a divulgação da falta de alfabetização como uma doença, a praga, que impedia o Brasil de se desenvolver. Essa concepção de alfabetismo fez com que passasse um preconceito às pessoas analfabetas. Passaram a ser percebidas como pessoas incapazes de decidir e pensar e agir por não terem domínio da leitura e da escrita.

Os Estados passaram a adotar suas composições. O estado do Ceará teve destaque com a criação da Liga Cearense de Combate Analfabetismo. Assim nos informa Raquel da Silva Alves sobre sua composição.

[...] a campanha desenvolvida por intelectuais cearenses, na fundação em 1919, da Liga Cearense Contra o Analfabetismo em prol da superação da ignorância pela instrução do povo. A Liga desenvolvia atividades direcionadas aos trabalhadores. Escolas noturnas foram criadas por esse grupo direcionadas a esse público. Embora não tenha sido possível destacar a atuação desse grupo na década de 1920, alguns dos intelectuais que estavam envolvidos nesse projeto, criaram nesse período a Sociedade Cearense de Educação, composta por: Monsenhor Tabosa Braga, drs. João Hippolyto de Azevedo e Sá, Pimentel Júnior, José Sombra, Sylla Ribeiro, Heriblado Costa, Andrade Furtado e José Martins Rodrigues, padre Rodolpho F. da Cunha, d. Julia Vasconcellos, Clovis Monteiro, Sales Campos, Alcides Montano e Rosendo Ribeiro acabam de organizar a “Sociedade Cearense de Educação”, que terá como seu presidente o dr. Menezes Pimentel, a qual visa, nobremente, a defesa e propagação da educação popular, desenvolvimento da cultura pedagógica, amparo às instituições auxiliadoras do ensino como caixas escolares, museus, bibliothecas, escotismo, apoio ao professorado etc⁸.

A criação da Liga Nacional de Combate ao Analfabetismo ocorreu por ocasião do primeiro Centenário da Independência, em 1922. As ações no Estado do Ceará tiveram como principais características a implementação de turmas de alfabetização com apoio do governo do estado. Embora esse movimento tenha uma data anterior no Estado do Ceará, não se tem uma data precisa.

Sua pretensão era erradicar o analfabetismo no Estado do Ceará, porém, foi pouco expressivo seu desempenho, pois os relatos demonstram que conseguiu diminuir apenas 5% no índice de analfabetos. Ao passo que buscava acabar com o analfabetismo, propagava a ideia do analfabeto como um pro-

nos discursos oficiais produzidos no Ceará do início do Século XX. in: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia 26 a 29 de outubro de 2009 – PUCPR, p. 3279.

⁸ ALVES, Raquel da Silva, *Op. cit.*, p.50.

blema social, que impede o crescimento do país. Aumentava-se, dessa forma, o preconceito para com as pessoas analfabetas, pois a liga não dispunha em discutir as reais causas dos altos índices de analfabetismo. Apenas julgava e condenava os analfabetos, sendo criticado por alguns intelectuais da sua composição de papel elitista. Contava com grandes nomes da elite cearense.

As medidas adotadas na Educação para combater o analfabetismo aconteceram principalmente nas classes noturnas, com a participação de vários setores da sociedade, dentre eles a Igreja, com os Círculos Operários Católicos, juntamente como a Liga Nacional de combate ao analfabetismo.

Assim nos relata o historiador Airton Farias sobre o Círculo Operário São José:

[...] a proposta da Legião parece-nos bastante diferente dos fins do Círculo São José, mais preocupado em orientar moral e espiritualmente os trabalhadores. A Legião Cearense do Trabalho, enquanto movimento social, propôs estabelecer uma mediação entre classe operária e Estado, o que lhe conferia uma feição mais “partidária” e um caráter mais “combativo” do que os Círculos Operários. Uma das diferenças mais marcantes entre os Círculos Operários e a LCT refere-se aos movimentos grevistas. A Legião Cearense apoiava as greves [...] Contudo, na visão circulista, os movimentos grevistas, considerados como uma negação ao trabalho, eram expressamente combatidos e associados à desordem e entendidos como uma ameaça à paz social⁹.

| 139

Tendo como base o ensino na educação patriótica, da moral e cívica, a educação era pensada de forma quantitativa. Apenas números eram interessantes para a expansão da Indústria, que se fazia necessário conhecimento da leitura.

Encontramos em textos desse período o termo “povo civilizado” e, a partir disso podemos observar como a idéia de civilidade foi apresentada como discurso de pátria; para o Brasil tornar-se um país do futuro precisaria civilizar o povo, estender a noção de civilização a todo o país: “A instrução isolada da verdadeira educação moral não destrói o egoísmo, não ensina a disciplinar a vontade, concorre a tornar o indivíduo mais apto para o crime”¹⁰.

A intenção da Igreja Católica era de, através do ensino e letramento, desenvolver o ensino moral cristão na perspectiva de afastar os operários das

⁹ FARIAS, Airton de, *Op. cit.*, p. 124. *Apud* Lima, 2009, p. 19.

¹⁰ ALVES, Raquel da Silva, *Op. cit.*, p. 14.

ideias anarquistas, difundidas pelos sindicatos e partidos comunistas. De acordo com Airton de Farias:

Os sindicalistas de tendência libertária acreditavam que a apatia do movimento sindical devia-se ao analfabetismo e à ignorância do meio operário – desejavam não apenas que os trabalhadores dominassem os rudimentos de escrita e leitura, mas que tivessem condições de entender como eram explorados dentro do capitalismo e como o socialismo lhes permitiria a emancipação social. Assim, é constante a preocupação com a fundação de escolas e grupos de leitura e debates, afora a realização de palestras e conferências, difundindo-se o pensamento libertário¹¹.

A população não alfabetizada no contesto político social

140 | O processo inicial de letramento era privilégio de poucos no ensino primário. A classe política denunciava o analfabetismo como um grande entrave ao crescimento social. No período, acreditava-se que não poderia se chegar à independência econômica e intelectual do Brasil, sendo este ainda dominado pela ignorância. Através da análise político social é possível perceber no discurso político dos governantes outras intenções, como a de ampliar o contingente de eleitores.

A baixa frequência escolar levou a classe política a culpar a população por falta de interesse em participar do processo de letramento, afirmando que era vontade sua permanecer na ignorância. Mas através da pesquisa, outras causas foram apontadas, como a falta de infraestrutura e formação dos educadores, um dos principais fatos geradores do desinteresse na participação das turmas de alfabetização.

No período inicial da República, as expectativas do novo impulso industrial não abarcavam os saberes trazidos pela população, que em grande maioria ainda era ruralizada. O analfabetismo colocava o Brasil em uma posição de desprestígio no cenário mundial, visto que os países ditos modernos já haviam universalizado o acesso à educação.

O debate político se dividiu entre os que pretendiam incentivar o letramento da população para aumentar a massa de eleitores e os que defendiam o processo de educação de qualidade para formação cidadã.

A postura de erradicação governamental fez com que se julgasse os não alfabetizados como pessoas incapazes, a esses não sendo possível a partici-

¹¹ FARIAS, Airton de, *Op. cit.*, p. 630.

pação na vida política. Temos relatos de políticas pensadas pelo Governo do Estado do Ceará com a intenção de aumentar a frequência dos alunos na escola. Foi planejada a criação de um imposto que seria cobrado dos pais que não levassem os filhos à escola. Nesse momento, a intenção do Estado de transferir a responsabilidade da participação do ensino para a família.

Conforme o relato trazido por Raquel da Silva Alves, temos:

Dessa forma, o que era justificado como desinteresse do povo pela educação era fundamentado pelo descrédito no ensino e no governo, principalmente porque o Estado falhava em não cumprir o que foi estabelecido no Título II do Regulamento de Ensino de 1922:

Art. 3º- São obrigadas à frequência escolar gratuita as crianças analfabetas de 7 a 12 anos. Esse artigo era garantido pela multa de 10\$ a 50\$ que os pais deveriam pagar caso não o cumprissem, o que viria a resultar na prisão de 8 a 15 dias¹².

Diversas iniciativas dos governantes e da imprensa para mobilizar a população foram realizadas com o intuito de mostrar a necessidade de se combater a ignorância e adquirir autonomia através do voto na escolha dos representantes. Pouco resultado foi obtido com as campanhas. Ainda continuamos com altos índices de analfabetismo. Imaginar de maneira dicotômica um problema é fugir de uma problematização da conjuntura político-social. |141

A campanha empreendida pela Liga encontrou apoio nos diversos cantos do Brasil, sobretudo através da atuação de Ligas estaduais e municipais. A análise destas ações evidencia que as Ligas atuavam em uma dupla direção ao coordenar ações de combate ao analfabetismo que incentivavam o engajamento e a mobilização da sociedade em favor da instrução e, ao mesmo tempo, chamar o Estado a atuar, exigindo sua intervenção em questões como a decretação da obrigatoriedade do Ensino Primário. Percebe-se que, entre memórias e esquecimentos, as Ligas fundadas durante a década de 1910 têm muito a nos revelar acerca da mobilização social neste país, demonstrando que a Primeira República representa um momento estratégico na História do Brasil¹³.

Boa parte da população pobre não alfabetizada não tinha interesse pela leitura. Isso porque não se fazia necessária para o trabalho que desenvol-

¹² ALVES, Raquel da Silva, *Op. cit.*, p. 224.

¹³ NOFUENTES, Vanessa Carvalho. Um desafio do tamanho da Nação: a campanha da Liga Brasileira contra o analfabetismo (1915-1922), Dissertação de Mestrado em História, Rio de Janeiro, PUC, 2008.

viam. Este era um fato de desestímulo associado à precária estrutura encontrada nos centros educacionais. Somado à formação de professores, que tinha como metodologia pensada no ensino das primeiras letras, o método era desenvolvido por meio de técnicas repetitivas para desenvolvimento da memorização.

Hoje é possível entender o porquê da falta de interesse, pois a preocupação primária era a subsistência, na atividade do homem sertanejo em sua vida dura. A produção do alimento diário em um solo árido, com poucas chuvas, era uma das questões que levavam desinteresse pelas letras iniciais. Como ocorreu na seca de 1915, que levou várias pessoas a se deslocarem no interior do Estado para capital em busca de sobrevivência. Os flagelados da seca, que foram cercados pela medida higienista. Posteriormente, justificado por medidas sanitárias de combate a doenças.

Secas, por si sós, fazem aumentar a tensão social e desgastam a imagem dos governantes. Quando, porém, estes omitem-se quase completamente, como no caso de Accioly naquelas estiagens, a insatisfação atinge patamares levados. O oligarca transferiu totalmente a responsabilidade do combate às secas para o governo federal. Accioly chegou ao cúmulo de tentar proibir a emigração dos retirantes interioranos (os quais não paravam de chegar a Fortaleza) para outros estados, temendo perder eleitores e mão de obra barata. Evidentemente tal medida não foi cumprida, pois o censo de 1900 revelou que, sendo a população do Ceará cerca de 850 mil habitantes, houve uma imigração para os estados do norte de 27 mil pessoas e duas mil para o centro-sul¹⁴.

142 |

As políticas públicas implementadas no combate ao analfabetismo no estado do Ceará

Em 1915 houve a preocupação do governo do Ceará em criar um Regimento que pudesse organizar a educação do estado. Nesse ano foi criado um que trazia mudanças na concepção de educação, trazendo agora a educação como interesse em despertar o conhecimento através da simulação de conteúdos práticos para ajudar no dia a dia.

O Regimento trazia a simplificação do processo de ensino-aprendizagem, não apenas no sentido de desburocratizar a entrada de alunos, mas passando a iniciar as aulas apenas com a mera apresentação do aluno ao professor. A escolha de conteúdo a ser indicada pelo próprio professor era feita sem

¹⁴ Farias, Airton de, *Op. cit.*, p. 490.

que houvesse currículo ou alguma diretriz curricular. A ideia era justamente o letramento com base na significação dos conteúdos. Foram apresentados inúmeros cursos práticos relacionados a atividades domésticas para as meninas.

O processo de alfabetização com base nas letras regimentais não se mostrou eficiente, pois ainda se mantiveram altos os níveis de evasão dentro das conjunturas das transformações na educação. Temos, em 1920, a formação de novos profissionais com base no ensino com a preocupação não apenas de ensinar a ler e escrever, passando para uma educação integral na formação do cidadão. Esse movimento ficou conhecido como “otimismo pedagógico”.

Então durante o governo de Justiniano de Serpa foram implementadas mudanças educacionais capitaneadas por Lourenço Filho, que pretendiam modificar o sistema educacional tendo a escola primária e a escola normal suas divisões organizadas na estrutura educacional. Professores passaram a ser formados através de princípios da Nova Escola¹⁵. A aquisição de novos materiais didáticos buscou amenizar o analfabetismo. Adotou-se no Ceará a prioridade para alunos com base da idade escolar de 7 a 12 anos.

O projeto político democrático utilizava o ideário da Escola Nova como projeto pedagógico nacional e nele vamos encontrar alguns intelectuais envolvidos no chamado “entusiasmo pedagógico”, que buscava erradicar o analfabetismo do cenário nacional. Dentre eles, um dos pontos de evidência é o conceito de trabalho, diante da profissionalização do magistério e da inserção da mulher no serviço público, a partir da construção de uma identidade pautada nas qualidades femininas apropriadas ao ensino primário¹⁶.

143

Lourenço Filho foi responsável por implementar as mudanças mais significativas para o período. Em todas as atividades desenvolvidas, realizou o recenseamento das crianças com idade escolar. Criou cursos de férias de formação de professores para que pudessem participar da reforma do currículo e das diretrizes educacionais. Criou o Curso Normal e contava com o apoio irrestrito do Governador Justiniano de Serpa. Só após a morte do governador seu projeto reformista entrou em declínio, em 1934, com seu retorno a São Paulo, tendo o ensino primário normal o enfraquecimento dos ânimos.

¹⁵ A Escola Nova chegou ao Brasil na década de 1920 com as reformas do Ensino de vários Estados brasileiros. O movimento defendia uma escola pública universal e gratuita proporcionada a todos, e todos deveriam receber o mesmo tipo de educação. Pretendiam com o movimento criar uma igualdade de oportunidades.

¹⁶ ALVES, Raquel da Silva, *Op. cit.*, p. 11.

Autores desta obra

Maria Malena Paiva Mesquita, Francisca Clédia Sousa de Oliveira, Letícia Rodrigues Gonçalves, Caubi Alves Braga, Naiane Nobre Martins, Pedro de Souza Filomeno Filho, Raimundo Nonato Fernandes, Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara, Adelina Lopes Guimarães, Sebastião Ferreira Carneiro, Paulo Ênio de Sousa Melo, João Henrique Brito Lima, Natanael Lopes Alves, Vinícius Pereira de Sousa, Alan Silva de Moraes, Antônio Tarciano Aragão Sousa, Maria Deiziane Lino, Raimundo Sousa Alves, Cleane dos Santos de Medeiros, Nilson Almino de Freitas, Francisco Sávio Barbosa do Nascimento, Odail José Martins Freire, Valério Samarooni Moraes de Queiroz, Maely Alves de Mesquita, Carlos Augusto Pereira dos Santos

Nossa Gente, Nossa História é o resultado da escrita de vinte e três artigos, divididos em quatro partes temáticas que podem ser conferidas no sumário e ao longo do livro. Portanto, empreendemos um mergulho no universo sertanejo, falando da alegria da chegada do inverno, do inferno da seca e das práticas religiosas que beiram o fanatismo (Parte 1). Adentramos no mundo do trabalho e esticamos a jornada para compreendermos os projetos e propostas de escolarização e educação do nosso povo (Parte 2).

Por outro lado, foi necessário falarmos da diversidade cultural que nos caracteriza. O que tem em comum o universo *queer* no cinema e as sociabilidades homoafetivas no espaço citadino? O que um pai de santo e um conjunto de mulheres rezadeiras podem nos dizer sobre a prática da cura? Quais são as fronteiras culturais entre dançadores de reisado, jovens bailarinos da periferia e a obra do cantor Belchior? São interrogações que poderão ser respondidas, ou não, lendo-se o conjunto de artigos da Parte 3. Finalizando, como a política e a economia interferem no cotidiano de uma cidade? É o que os autores propõem discutir na Parte 4, evidenciando as características singulares na história dos municípios de Ibiapina e Camocim.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-9539-035-5



9 788595 390355